

EÓLICA SANTO AGOSTINHO 14 S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

CNPJ nº 20.666.572/0001-11

NIRE nº 42 3 0005315-5

Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - Agronômica - Florianópolis - SC - 88025-255



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Eólica Santo Agostinho 14 S.A. ("Santo Agostinho 14" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2023. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Usina Eólica Santo Agostinho 14, com potência de 6,2 MW e capacidade comercial de 3,1 MWm.

Santo Agostinho 14 é uma das 14 centrais eólicas que compõem o Conjunto Eólico Santo Agostinho – Fase I, em construção, com potência de 434,0 MW e capacidade comercial estimada de 224,2 MWm. O Conjunto está localizada entre os municípios de Lajes e Pedro Avelino, Estado do Rio Grande do Norte. Sua energia será totalmente direcionada para o Ambiente de Contratação Livre (ACL). A Companhia não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A., que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado nas Centrais.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social de Santo Agostinho 14 pertence à Santo Agostinho Participações, que por sua vez pertence à ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda, uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"). Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura, atuante nas atividades de geração, comercialização, *trading*, transmissão de energia e transporte de gás natural, através da TAG – Transportadora Associada de Gás – em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

A economia brasileira em 2023 apresentou desempenho levemente superior ao projetado pelos economistas e pelo mercado, com inflação mais controlada e corte nas taxas de juros. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,9%, ajudado pelo bom desempenho do mercado de trabalho formal e do agronegócio. O país colheu uma supersafra e se beneficiou de preços ainda elevados das commodities no cenário internacional. Se em 2022, a maior parte da contribuição para o PIB veio da indústria e dos serviços, em 2023 o impulso veio do agronegócio e das atividades de extração. Os setores industrial e de serviços continuaram sendo afetados pelos juros em patamares ainda altos.

A inflação baixou gradualmente e encerrou o ano em 4,62%, portanto, dentro da meta estipulada pelas autoridades (de até 4,75%). A valorização do real e o choque de preços das commodities, que aumentaram cerca de 20% em 2022 e caíram em 2023, puxaram o índice de preços para baixo, assim como o aumento da oferta de alimentos. O dólar PTAX encerrou o ano em R\$ 4,84, 7,1% menor que a cotação ao final de 2022, que era R\$ 5,21.

O alívio inflacionário permitiu que o Banco Central iniciasse seu ciclo de queda da taxa Selic, com o primeiro corte anunciado em agosto. Ainda que continue alta, a taxa básica de juros da economia começou 2023 em 13,75% e terminou o ano em 11,75%, com mais sinalizações de cortes pela frente.

4. Implantação

Ao fim de 2023, o progresso geral do Conjunto Eólico atingia 95,8%, com todas as obras auxiliares, a pré-montagem 100% concluídas e 60 aerogeradores com todas os componentes principais já montados.

Em 31 de dezembro de 2023, a Usina Eólica Santo Agostinho 14 já contava com seu único aerogerador em operação comercial. A produção de energia no ano foi de 3,2 GWh.



5. Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores de resultado	2023	2022	Varição	Varição %
Receita operacional líquida	4.532	-	4.532	N.A.
Lucro (prejuízo) bruto	2.299	(31)	2.330	N.A.
Margem bruta	50,7%	N.A.		N.A.
Resultado do serviço (Ebit)	2.262	(89)	2.351	(2.641,6)
Ebitda (Lajida) ¹	3.633	(89)	3.722	(4.182,0)
Margem Ebitda (Lajida)	80,2%	N.A.		N.A.
Resultado financeiro	(1.029)	(32)	(997)	3.115,6
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.082	(234)	1.316	(562,4)

¹ Ebitda (Lajida): lucro líquido + resultado financeiro + depreciação

Comentário sobre as principais variações

Receita operacional líquida: o reconhecimento da receita em 2023 decorreu, substancialmente, pela entrada em operação comercial da Companhia em maio em março de 2023.

Lucro bruto, resultado do serviço e Ebitda: os aumentos são motivados, principalmente, pelo reconhecimento de receita em 2023, parcialmente atenuado pelo aumento dos custos de encargos de uso da rede elétrica.

Resultado financeiro: o aumento da despesa financeira é proveniente, substancialmente, da entrada em operação comercial e juros e variação monetária sobre o financiamento.

Lucro líquido do exercício: aumento motivado pelos efeitos anteriormente citados, parcialmente atenuado pelo acréscimo de imposto de renda e contribuição social correntes.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2023.

8. Agradecimentos

A Administração da Eólica Santo Agostinho 14 S.A. agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2023.

A Administração



EÓLICA SANTO AGOSTINHO 14 S.A.
CNPJ Nº 20.666.572/0001-11 | NIRE Nº 42 3 0005315-5
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	31.12.2023	31.12.2022
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.810	2.773
Contas a receber de clientes	5	549	-
Outros ativos circulantes		69	31
		4.428	2.804
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos vinculados	6	331	-
		331	-
Imobilizado			
Intangível			
	7	45.336	25.753
		10	9
		45.677	25.762
TOTAL		50.105	28.566
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	31.12.2023	31.12.2022
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	106	27
Obrigações fiscais e regulatórias		4	(16)
Instrumentos financeiros derivativos - <i>hedge</i>	9	-	377
Financiamento	10	592	32
Dividendos	11	174	-
Outros passivos circulantes		1.004	10
		1.880	430
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	175	179
Financiamento	10	11.758	11.034
Provisão para desmobilização		282	-
Outros passivos não circulantes		3	-
		12.218	11.213
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	11		
Capital social		35.450	17.651
Reservas de lucros		557	-
Outros resultados abrangentes		-	(377)
Prejuízos acumulados		-	(351)
		36.007	16.923
TOTAL		50.105	28.566

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



EÓLICA SANTO AGOSTINHO 14 S.A.
CNPJ Nº 20.666.572/0001-11 | NIRE Nº 42 3 0005315-5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	4.532	-
Custos da energia vendida			
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(453)	(31)
Serviços de terceiros		(181)	-
Depreciação e amortização		(1.371)	-
Outros		(228)	-
		(2.233)	(31)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		2.299	(31)
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas			
Serviços de terceiros		(37)	(58)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		2.262	(89)
RESULTADO FINANCEIRO			
Renda de aplicações financeiras		27	-
Outras receitas financeiras, líquidas		3	-
Renda de depósitos vinculados		16	-
Juros e variação monetária sobre financiamento		(899)	-
Despesas com serviços bancários		-	(31)
Outras despesas financeiras, líquidas		(176)	(1)
		(1.029)	(32)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		1.233	(121)
Imposto de renda e contribuição social correntes			
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	(151)	(113)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		1.082	(234)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		1.082	(234)
Outros resultados abrangentes que no futuro serão reclassificados para o resultado			
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa	9		
Ganhos (perdas) líquidos não realizados originados no exercício		377	(1.217)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		1.459	(1.451)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros				Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Outros resultados abrangentes		
Saldos em 31.12.2021		13.245	-	-	840	(117)	13.968
Aumento de capital		4.406	-	-	-	-	4.406
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(234)	(234)
Hedge de fluxo de caixa, líquido dos impostos		-	-	-	(1.217)	-	(1.217)
Saldos em 31.12.2022	11	17.651	-	-	(377)	(351)	16.923
Aumento de capital		17.799	-	-	-	-	17.799
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.082	1.082
Hedge de fluxo de caixa, líquido dos impostos		-	-	-	377	-	377
Destinações propostas à AGO:							
- Reserva legal		-	37	-	-	(37)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(174)	(174)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	520	-	(520)	-
Saldos em 31.12.2023	11	35.450	37	520	-	-	36.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



EÓLICA SANTO AGOSTINHO 14 S.A.
CNPJ Nº 20.666.572/0001-11 | NIRE Nº 42 3 0005315-5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos	1.233	(121)
Conciliação do lucro com o caixa das operações:		
Renda de depósitos vinculados	(16)	-
Outros	20	2
Lucro (prejuízo) do exercício ajustado	3.507	(119)
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber de clientes	(549)	-
Outros ativos	(44)	(56)
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	21	(31)
Outros passivos	973	(87)
Caixa gerado (utilizado) nas operações	3.908	(293)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(101)	(59)
Caixa líquido das atividades operacionais	3.807	(352)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e no intangível	(20.254)	(11.610)
Caixa líquido das atividades de investimento	(20.254)	(11.610)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	17.799	4.406
Captação de financiamento	-	10.313
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(315)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	17.484	14.719
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.037	2.757
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	2.773	16
Saldo final	3.810	2.773
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.037	2.757
Transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa		
Fornecedores de imobilizado	34	-
Juros de arrendamentos capitalizados	3	30
Depreciação de arrendamentos capitalizada	-	(10)
Juros e variação monetária de financiamento capitalizados	385	753

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



EÓLICA SANTO AGOSTINHO 14 S.A.
CNPJ Nº 20.666.572/0001-11 | NIRE Nº 42 3 0005315-5
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eólica Santo Agostinho 14 S.A. ("Santo Agostinho 14" ou "Companhia"), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 18.07.2014, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração da Usina Eólica Santo Agostinho 14, bem como a implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrentes de suas atividades e constituir e ter participações em consórcios para consecução do seu objeto social.

A Companhia pertence ao Conjunto Eólico Santo Agostinho – Fase I – (CESA). Em 15.01.2021, foi assinado contrato para o fornecimento de aerogeradores, viabilizando o início da implantação deste Conjunto, cuja capacidade instalada será de 434,0 MW, a Eólica Santo Agostinho 14 S.A. ("Santo Agostinho 14" ou "Companhia") com potência de 6,2 MW e capacidade comercial de 3,1 MWm sendo sua energia totalmente direcionada para contratação no Ambiente de Contratação Livre (ACL). O início da construção ocorreu em junho de 2021.

A Usina está localizada nos municípios de Lajes e Pedro Avelino, a aproximadamente 120 km da Cidade de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Consórcio Santo Agostinho, com participação de 1,43%. O Consórcio Santo Agostinho é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada pela Companhia em suas operações.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE"). Até a presente data, a Companhia não desempenhou qualquer atividade operacional.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 29.04.2024.

b) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) as atividades a serem desempenhadas serão decorrentes de autorização de longo prazo e possuem forte geração de caixa operacional; (ii) patrimônio líquido expressivo; e (iii) a Companhia conta com o suporte financeiro da controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.



NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado.

b) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia correspondem a operações contratadas para proteção de compromissos futuros em moeda estrangeira, os quais são reconhecidos de acordo com as normas estabelecidas para a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

b.1) Hedge de fluxos de caixa

No início da operação de *hedge*, a Companhia elabora documentação formal com a descrição dos objetivos e estratégias da gestão do risco coberto e da relação entre a transação objeto do *hedge* e o instrumento de *hedge* utilizado para a proteção esperada.

Os *hedges* para a proteção de exposição à moeda estrangeira de compromissos financeiros altamente prováveis de aquisição de bens e serviços para o ativo imobilizado são designados como “*Hedge* de fluxo de caixa”. Nestas operações, para a parcela altamente eficaz do *hedge*, os ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”, e transferidos para o ativo imobilizado quando o compromisso financeiro protegido for efetivamente realizado. A parcela não efetiva do *hedge* é registrada no resultado do período.

c) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c.1) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

c.2) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.



c.3) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

d) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

e) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

f) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, conseqüentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras.

h) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Santo Agostinho (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

i) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; e (iii) à provisão para desmobilização da Usina.

j) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2023. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:



Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento substituiu a norma anteriormente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20 Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; e CPC 39 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadoria.	01.04.2022	01.01.2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 22 Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos; e CPC 41 – Resultado por ação.	04.08.2023	01.01.2023	Sem impactos relevantes.

k) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2024, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23 Pronunciamentos Técnicos CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; e CPC 06 (R2) – Arrendamentos.	04.08.2023	01.01.2024	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24 Em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores, foram realizadas alterações em Pronunciamentos Técnicos CPC 03 (R2) – demonstração dos fluxos de caixa. CPC 32 – tributos sobre o lucro e CPC 40 (R1) – instrumentos financeiros (evidenciação).	01.12.2023	A vigência dessas alterações será estabelecida pelos órgãos reguladores que as aprovarem.	Sem impactos relevantes.



NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e depósitos bancários à vista	64	65
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	3.746	2.708
	3.810	2.773

A Companhia é participante do fundo de Investimento Energy Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE) de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. A rentabilidade média do fundo em 2023 foi de cerca de 99,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários).

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em 31.12.2023, os valores a receber no montante de R\$ 549 correspondem a contrato firmado com a parte relacionada ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"). Em 31.12.2022, a Companhia não possuía valores a receber de cliente.

Em 31.12.2023, a Companhia não apresentava valores vencidos em suas contas a receber.

NOTA 6. DEPÓSITO VINCULADOS

Em 31.12.2023, a Companhia mantinha R\$ 331 relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Bando Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 7. IMOBILIZADO

a) Composição

	31.12.2023				31.12.2022
	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	3,8%	40.157	(1.299)	38.858	-
Edificações e benfeitorias	3,3%	2.491	(69)	2.422	-
Direito de uso de arrendamentos	4,7%	211	(36)	175	185
		42.859	(1.404)	41.455	185
Em curso					
Adiantamento a fornecedores		101	-	101	11.524
Máquinas e equipamentos		1.273	-	1.273	8.323
Edificações e benfeitorias		143	-	143	2.518
Reservatórios, barragens e adutoras		16	-	16	5
Outros a ratear		2.348	-	2.348	3.198
		3.881	-	3.881	25.568
		46.740	(1.404)	45.336	25.753



b) Movimentação

	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Direito de uso de arrendamentos	Imobilizado em curso	Total
Saldo em 31.12.2021	-	-	195	13.178	13.373
Ingressos	-	-	-	12.360	12.360
Juros, V.M. ¹ e depreciação capitalizados	-	-	-	30	30
Depreciação capitalizada ²	-	-	(10)	-	(10)
Saldo em 31.12.2022	-	-	185	25.568	25.753
Ingressos	-	-	-	20.295	20.295
Desmobilização	-	282	-	-	282
Juros, V.M. ¹ e depreciação capitalizados	-	-	-	384	384
Transferências	2.491	39.875	-	(42.366)	-
Depreciação capitalizada ²	-	-	(10)	-	(10)
Depreciação	(69)	(1.299)	-	-	(1.368)
Saldo em 31.12.2023	2.422	38.858	175	3.881	45.336

(1) V.M.: Variação monetária

(2) Depreciação do Direito de uso de arrendamento, capitalizada no Imobilizado em curso.

O início da construção da Usina ocorreu em junho de 2021, tendo sua entrada em operação comercial em março de 2023.

c) Provisão para desmobilização

Em 2023, a companhia mantém reconhecido em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos relacionados a esses parques e de restauração do local ao final dos prazos de autorização. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante do consolidado em 31.12.2023 era de R\$ 282. Em 31.12.2022, não havia provisão para desmobilização constituída.

d) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração da Usina Eólica Santo Agostinho 14, com capacidade instalada de 6,2 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de maio de 2021.

NOTA 8. FORNECEDORES

	31.12.2023	31.12.2022
Encargos de uso da rede elétrica	37	-
Arrendamentos a pagar	205	204
Fornecedores de imobilizado	36	2
Fornecedores de materiais e serviços	3	-
	281	206
Passivo circulante	106	27
Passivo não circulante	175	179
	281	206

NOTA 9. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os



negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

O objetivo da utilização de instrumentos financeiros pela Companhia é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Estes riscos são monitorados pelo Fórum Financeiro da ENGIE Brasil Energia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco.

O risco de mercado ao qual a Companhia está exposta é o seguinte:

a.1) Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e/ou índices flutuantes e de variação de cotação de moeda estrangeira

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência do financiamento contratado.

A Companhia apresenta uma análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros expostos a riscos da variação de taxas de juros e/ou de índices flutuantes. O cenário-base provável para 31.12.2024 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil):

Risco de variação	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
	2023	2024	Provável	$\Delta + 25\%$ (1)	Administração
IPCA	4,6%	3,9%	-0,7 p.p.	1,0 p.p.	0,1 p.p.

(1) Variações sobre o cenário provável de 2024.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices dos últimos 12 meses, observados em 31.12.2023, e os previstos no cenário provável dos próximos 12 meses, a findar em 31.12.2024 e demonstram os eventuais impactos adicional em 12 meses. As variações que poderão impactar o resultado consolidado, e conseqüentemente, o patrimônio líquido nos próximos 12 meses, em comparação aos últimos 12 meses, caso tais cenários se materializem no resultado consolidado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) das estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e/ou índices flutuantes para os próximos, são estas:

Financiamento	Saldo em 31.12.2023	Sensibilidade		
	Provável	$\Delta + 25\%$	Administração	
IPCA	12.350	80	(108)	(11)

a.2) Riscos relacionados às operações de hedge

A “Política de Investimentos e Derivativos” da ENGIE Brasil Energia, controladora indireta da Companhia, impõe fortes restrições à realização de operações com derivativos e determina o monitoramento contínuo das exposições no caso de contratação de operação desse tipo. As únicas operações de *hedge* contratadas pela Companhia são os NDF para proteger os fluxos de pagamentos dos compromissos futuros altamente prováveis em moeda estrangeira.



a.2.1) Operações de *hedge* de fluxo de caixa sobre obrigações

A Santo Agostinho 14 contratou NDF com o objetivo de proteger a totalidade dos pagamentos futuros em moeda estrangeira decorrentes dos compromissos estabelecidos nos contratos de construção da primeira fase do Conjunto Eólico Santo Agostinho. Os NDF foram contratados em 29.12.2020 e foram liquidadas ao longo do exercício de 2023.

Durante o ano de 2023, as operações de *hedge* das referidas NDF foram liquidadas, totalizando uma posição zerada em 31.12.2023 (R\$ 377 de posição passiva, líquida em 31.12.2022). A contrapartida está reconhecida diretamente no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes".

Mutação Líquida das operações de *hedge*

	Total
Ativo em 31.12.2021	840
Ajuste a valor justo por meio do ORA	(1.217)
Passivo em 31.12.2022	(377)
Ajuste a valor justo por meio do ORA	377
Passivo em 31.12.2023	-

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2023	31.12.2022
Dívida	12.350	11.066
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(331)	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(3.810)	(2.773)
Dívida líquida	8.209	8.293
Patrimônio líquido	36.007	16.923
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	0,2	0,5

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações relacionadas à venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2023, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.



d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2023. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	106	48	48	309	511
Financiamento	592	2.528	2.391	14.123	19.634
	698	2.576	2.439	14.432	20.145

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2023	31.12.2022
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	3.746	2.708
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	64	65
Contas a receber de clientes	549	-
Depósitos vinculados	331	-
	4.690	2.773
Passivos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos - <i>hedge</i>	-	377
Custo amortizado		
Fornecedores	281	206
Financiamento	12.350	11.066
	12.631	11.649

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1), e os instrumentos financeiros derivativos - *hedge* de valor justo, estão avaliados pelo Nível 2.



NOTA 10. FINANCIAMENTO

a) Mutação do financiamento

	Total
Captação de financiamento	10.313
Juros e variação monetária capitalizada	753
Saldos em 31.12.2022	11.066
Juros e variação monetária	899
Juros e variação monetária capitalizada	385
Saldos em 31.12.2023	12.350
Classificação no balanço patrimonial	
Passivo circulante	592
Passivo não circulante	11.758
	12.350

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2025	562
2026	562
2027	562
2028	562
2029	562
2030 a 2034	2.249
2035 a 2045	6.699
	11.758

c) Condições contratadas

	Encargos	Condições de pagamento	
		Vencimento	Principal e encargos
BNDES - Santo Agostinho	IPCA + 6,16% a.a.	11.2045	Mensais

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; (v) penhor das máquinas e equipamentos relativas ao Projeto; e (vi) fiança corporativa da controladora direta Santo Agostinho Participações S.A. e das controladoras indiretas, ENGIE Brasil Complementares Participações Ltda. e ENGIE Brasil Energia S.A.

e) Compromissos contratuais (covenants)

O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida será apurado a partir do exercício de 2024.



NOTA 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 08.12.2023, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital social por meio da capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital realizado no segundo semestre de 2023, no montante de R\$ 17.799.

Desta forma o capital social da Companhia em 31.12.2023 era de R\$ 35.450 (R\$ 17.651 em 31.12.2022), totalmente subscrito e integralizado, representado por 35.449.597 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 35.449.596 pertencem à controladora Santo Agostinho Participações S.A. e 1 pertence à controladora indireta ENGIE Brasil Energias S.A.

b) Reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido ajustado do exercício. No exercício de 2023, a Companhia distribuiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 174.

c) Reserva de retenção de lucros

Em 31.12.2023, a Administração da Companhia está propondo a destinação do valor de R\$ 520 do lucro do exercício de 2023 para reserva de retenção de lucros. Estes recursos serão destinados a investimentos no parque gerador da Companhia

d) Outros resultados abrangentes

Refere-se aos efeitos do *hedge* de fluxo de caixa que corresponde à parcela efetiva do ganho ou perda acumulada resultante das variações do valor justo dos instrumentos de *hedge* contratados para fins de proteção dos fluxos de caixa, cuja operação está descrita na Nota 9 - Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros.

NOTA 12. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados:

	2023
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	
ECV	4.664
Outras receitas	39
	4.703
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	
PIS e Cofins	(171)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.532



NOTA 13. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

Nos exercícios de 2023 e 2022, a Companhia apurou os impostos sobre o regime de lucro presumido:

	2023		2022	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Receita operacional bruta	4.703	4.703	-	-
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	376	564	-	-
Receita financeira capitalizada	65	65	385	385
Outros	32	-	24	-
Base de cálculo	473	629	409	385
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(118)	(57)	(102)	(35)
Adicional de 10% sobre lucro até R\$ 20 mensais	24	-	24	-
Imposto de renda e contribuição social – resultado	(94)	(57)	(78)	(35)

NOTA 14. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. O contrato tem vigência até o término da autorização da usina. Em 31.12.2023, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R\$ 12.514.

b) Contrato de construção Conjunto Eólico Santo Agostinho

Em 15.01.2021, foi assinado o contrato para o fornecimento de aerogeradores do Conjunto Eólico Santo Agostinho (“CESA”), ao qual a Companhia pertence, o que viabiliza o início da implantação da primeira fase do CESA, cuja capacidade instalada será de 434,0 MW. A energia produzida será totalmente direcionada para contratação no Ambiente de Contratação Livre (ACL). Em 31.12.2023, o valor da obrigação futura proveniente deste contrato totalizava R\$ 290.053 para todo o Conjunto Eólico Santo Agostinho.

NOTA 15. SEGUROS

A Companhia mantém contratadas apólices seguros de riscos de engenharia para o Conjunto Eólico Santo Agostinho, cujo limite para danos materiais é de R\$ 350.000.

NOTA 16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	
	Contas a receber	Fornecedores	Receita operacional líquida	Serviços de terceiros
ECV	549	-	4.532	-
ENGIE	-	2	-	22
31.12.2023	549	2	4.532	22



a) Venda e compra de energia entre partes relacionadas

A Companhia mantém contrato com a parte relacionada ECV, com vencimento em 2045, sendo seu reajuste feito anualmente em janeiro do respectivo ano. O compromisso futuro deste contrato em 31.12.2023 é de R\$ 141.089. Mais informações sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia estão apresentados na Nota 5 – Contas a receber de clientes e Nota 12 – Conciliação da receita operacional líquida.

b) Prestação de serviços administrativos e financeiros

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC.



(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023, da Eólica Santo Agostinho 14 S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

Márcio Daian Neves
Diretor Executivo

Patrícia Fabiana Barbosa Pinto Farrapeira Müller
Diretora Administrativa e Financeira

Leandro Marcos Magri
Diretor Técnico-Operacional

Giuliano Pasquali
Diretor de Implantação

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Márcio dos Santos Rosa
CRC SC 023609/O-7



Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 - Centro
89010-204 - Blumenau - SC - Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
Fax: +55 47 2111-0719

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da
Eólica Santo Agostinho 14 S.A.
Florianópolis/SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Eólica Santo Agostinho 14 S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos



ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 29 de abril de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F

Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O"